

## **Crise estrutural e reconfiguração espacial do capitalismo. América Latina e Leste Asiático: duas trajetórias distintas**

FRANCISCO LUIZ CORSI

### 1- Introdução

O objetivo do presente artigo é realizar uma discussão preliminar do contexto econômico internacional que condicionou, de um lado, as novas possibilidades de desenvolvimento para o Leste Asiático e, de outro, o relativo retrocesso estrutural das exportações e do sistema produtivo da América Latina, no sentido de uma inserção da região como exportadora de produtos primários na economia mundial. Processos que contribuíram para a reconfiguração espacial da acumulação de capital em escala global, na qual o Leste Asiático, em particular a China, aparece como novo centro dinâmico do capitalismo, enquanto a América Latina não conseguiu inserir-se de forma dinâmica na economia mundial. Essas transformações só são plenamente inteligíveis se também forem levados em conta os processos políticos, econômicos e sociais internos a cada país, pois as trajetórias de desenvolvimento dependem também das políticas econômicas, dos projetos nacionais, das correlações de forças internas e da posição geopolítica. O texto expressa resultados parciais de uma pesquisa ainda em curso sobre a crise de 2008 e seus impactos na América Latina. Não pretendemos esgotar a discussão acerca de temas tão complexos.

O ponto de partida da reflexão é a crise estrutural do capitalismo na década de 1970. Como resposta a crise de sobreacumulação o capitalismo se reestruturou. Um dos aspectos desta reestruturação consiste na reconfiguração da divisão internacional do trabalho, que atingiu de maneira abrangente a periferia do sistema. Nas décadas que se seguiram a crise, observa-se a formação de um polo dinâmico de acumulação de capital no Leste Asiático, enquanto grande parte da periferia enfrentou forte instabilidade e severas crises, marcadas por retrocessos econômicos e sociais. Este foi o caso da América Latina, que a partir da crise da dívida externa nos anos 1980 entrou em uma fase de baixo crescimento, alta inflação, retrocessos na estrutura produtiva e vulnerabilidade externa.

Dessa forma, a seguir discutimos as consequências da crise estrutural do capitalismo e como as transformações por ela desencadeadas impactaram as trajetórias de desenvolvimento do Leste Asiático e da América Latina. Fugiria dos limites do presente artigo discutir sua natureza.

## II - Crise estrutural, divisão internacional do trabalho e reconfiguração espacial da acumulação de capital

A complexa crise estrutural do capitalismo, aberta pelo 1º choque do petróleo no final de 1973, decorreu de uma crise de superprodução, pautada por acentuada queda da taxa de lucro, e da falência do padrão monetário internacional baseado no dólar, estabelecido em Bretton Woods. O acirramento das lutas de classe entre meados dos 1960 e meados da década seguinte, cuja expressão maior foram as manifestações de 1968, foi outro determinante central da crise. Outros elementos da crise estrutural foram os seguintes: a derrota dos EUA no Vietnã; a relativa decadência da economia norte-americana; o avanço de movimentos e governos nacionalistas, socialistas e fundamentalistas na periferia do sistema e a crise energética, que pôs fim a fase de energia barata. Esses processos indicavam uma crise de hegemonia dos EUA (Brenner: 2003; Fori: 1999; Hobsbawm: 1995).

A crise desencadeou um amplo processo de reação, comandado, sobretudo, pelos EUA, mas que englobou os governos dos demais países centrais, os grandes bancos, os fundos de pensão e investimento e as grandes corporações empresariais. A reação objetivava recompor a taxa de lucro, recompor a hegemonia norte-americana, retomar o crescimento econômico, disciplinar a classe trabalhadora e a periferia do sistema e conter o aparente avanço da URSS. Portanto, as transformações desencadeadas a partir da crise estrutural resultam, em boa medida, de decisões políticas e econômicas, o que não significa terem estes sujeitos sociais o controle do processo histórico, pois os resultados, muitas vezes, foram inesperados.

A reação se deu em várias frentes e foi bastante abrangente. Nos países centrais, sob o comando das políticas neoliberais, que “substituíram” as keynesianas, começou amplo ataque às conquistas dos trabalhadores, alcançadas nos chamados “30 anos

gloriosos”, marcados por índices elevados de crescimento econômico, quase pleno emprego e redução das desigualdades sociais sob a égide da social democracia e do Estado do bem estar social. A redução do gasto público, as políticas econômicas que visavam à estabilidade e não o pleno emprego e a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas colocaram em xeque o Estado de bem estar. Mas o que não significa necessariamente um enfraquecimento do Estado. Aprofundou-se também um processo de ampla abertura produtiva, financeira e comercial das economias nacionais, o que tolheu a capacidade dos Estados adotarem políticas de pleno emprego (Brenner: 2003; Hobsbawm: 1995; Silver: 2005).

Paralelamente, desencadeou-se um processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela introdução de novas tecnologias, que poupam força de trabalho e aumentam a produtividade, e pelas novas formas flexíveis de organizar a produção. A reestruturação implicou a precarização das condições de trabalho, particularmente devido ao avanço da terceirização, do trabalho temporário e do trabalho parcial (Harvey: 1996). Em um contexto de baixo crescimento econômico como o que se vigorou a partir de meados dos anos 1970 (Brenner:2003), os resultados da reestruturação foram um crônico elevado desemprego e a queda dos salários. O ataque aos direitos dos trabalhadores e a reestruturação produtiva só foram possíveis em virtude do elevado desemprego, da burocratização dos partidos de esquerda e dos sindicatos, da extensa fragmentação ideológica e de interesses da classe trabalhadora, do fracasso do reformismo, da desilusão com o socialismo e do posterior desmoronamento da URSS.

Um dos aspectos centrais da reestruturação produtiva foi a crescente internacionalização da produção. Como resposta as pressões dos trabalhadores, a queda da taxa de lucro e ao acirramento da concorrência intercapitalista o capital buscou novos espaços de acumulação, onde desfrutasse de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada e altas taxas de rentabilidade. Essa expansão só foi possível graças a várias transformações em curso na economia mundial, cabendo destacar a abertura comercial e financeira das economias nacionais, a diminuição dos preços de transportes e o desenvolvimento das comunicações. Essas transformações possibilitaram as matrizes das empresas transnacionais coordenar e controlar processos globais de produção e

distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Essas empresas por meio de variados contratos e subcontratos com empresas em rede disseminaram processos produtivos pelo mundo. Outro elemento a ser destacado é ação de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, que buscaram regular o funcionamento dos mercados, garantir os direitos relativos à propriedade intelectual e a não interferência dos Estados ( Basualdo e Arceo, 2006).

A hipermobilidade do capital e a chamada acumulação flexível foram fundamentais para a retomada da rentabilidade ao incrementar a produtividade, ao reduziu o poder de barganha dos trabalhadores e ao enfraqueceu os sindicatos. Apesar da mobilidade da força de trabalho ser incomparavelmente menor que a do capital, a abertura das economias nacionais e a internacionalização da produção, caracterizada, entre outros aspectos, por um enorme comércio intra-firmas, acirrou a competição entre os trabalhadores em escala mundial. Existe no mundo um excedente enorme de força de trabalho disponível para o capital. A classe trabalhadora dos países centrais foi a mais afetada. Os movimentos operários mostraram maior vigor na periferia. Restruturação produtiva e a realocação espacial de inúmeros segmentos produtivos em direção à periferia consistem processos articulados.

A abertura das economias nacionais e a hipermobilidade do capital financeiro e produtivo foram acompanhadas pelo inchaço dos mercados de títulos, moedas e ações em escala global. Em um contexto de crise e baixo crescimento<sup>1</sup>, a partir do início dos anos 1980, aprofundando processos que datavam do período anterior, crescente volume de capital buscou valorizar-se na esfera financeira. Isto é particularmente relevante para os capitais formados no centro do sistema, que encontravam cada vez mais dificuldade de valorizarem-se na esfera produtiva. Segundo Chesnais (2005), os lucros não acumulados das empresas transnacionais, as rendas da terra e as derivadas da exploração de recursos naturais, os juros provenientes do pagamento das dívidas externas dos países em desenvolvimento e as poupanças centralizadas pelos fundos de pensão e pelos fundos mútuos alimentam continuamente a esfera financeira, ao que se

---

<sup>1</sup> A partir da crise estrutural dos anos 1970 a economia mundial entrou em uma fase de baixo crescimento que se estenderia até o início da década de 2000. O crescimento, contudo, foi muito desigual, enquanto o centro do sistema e vastas áreas da periferia apresentavam um desempenho sofrível, o Leste Asiático cresceu a altas taxas.

soma a própria reaplicação dos rendimentos auferidos na especulação financeira. O resultado é um inchaço crescente dos mercados financeiros e o predomínio dessa fração do capital sobre as demais. A dinâmica do capitalismo passou a ser, em parte, ditada pelos interesses do capital a juros, com consequências negativas para o nível de acumulação tanto no centro quanto para a periferia. A América Latina, por exemplo, foi envolvida pela especulação e isto foi uma das principais causas da instabilidade financeira e econômica da região nas décadas de 1980 e 1990 (Chesnais: 2005; Belluzzo: 2009).

Os impactos da abertura das economias nacionais, das políticas econômicas neoliberais, do predomínio do capital financeiro e da realocação de segmentos produtivos em escala mundial foram imensos e muito desiguais na periferia. De um lado, estes processos contribuíram para uma fase de estagnação econômica, retrocesso na estrutura industrial, crise social e acentuada vulnerabilidade externa para vastas áreas da periferia. Esse processo na América Latina começou com a crise da dívida externa e culminou com a adoção de políticas econômicas inspiradas nos preceitos do Consenso de Washington. De outro lado, abriu novas possibilidades de desenvolvimento para vários países da Ásia. A partir dessa nova configuração do capitalismo observa-se uma maior penetração de produtos manufaturados da periferia nos mercados dos países do centro. Nesse aspecto, a mudança da inserção da periferia na economia mundial foi sensível. Em 1960, os manufaturados representavam 7% do total de suas exportações, em 1980, 20% e atualmente cerca de 70%. Delineia-se uma nova divisão internacional do trabalho (Basualdo e Arceo, 2006)

### III – Leste Asiático e América Latina: diferentes inserções na economia mundial

A partir da reestruturação do capitalismo o Leste Asiático e a América latina inseriram-se de forma diversa na economia mundial. Do ponto de vista dos condicionantes externos que influenciaram as diferentes trajetórias dessas regiões, cabe destacar as posturas distintas do Japão e dos EUA. Desde o fim da II Guerra, os EUA tiveram importante papel na recuperação da economia japonesa e no desenvolvimento

de outros países, em especial da Coreia do Sul, por motivos geopolíticos vinculados a guerra fria. A própria abertura da China para o ocidente teve início quando os EUA, derrotados no Vietnã, buscaram aproximar-se política e comercialmente dos chineses com objetivando fortalecer sua posição ante a URSS. Enquanto sua postura em relação à América Latina pautou-se por concebê-la como mercado e fonte de matérias-primas. Na crise da dívida externa, nos anos 1980, procurou impor rígida política ortodoxa com o fito de garantir os pagamentos (Medeiros, 2008).

A atuação japonesa no Leste asiático foi importante quando da crise das dívidas externas. A situação dos países do Leste asiático não foi, em parte, tão difícil graças a manutenção de linhas de financiamento externas, em particular japonesas. A partir da valorização do yen em meados dos anos 1980 as grandes corporações japonesas passaram a investir pesado no Sul e Leste da Ásia, transferido tecnologia e desenvolvendo inúmeras plantas industriais nesta região e estabelecendo variados contratos de terceirização da produção (Medeiros, 1999). Também contribuiu para esse processo o esgotamento das reservas de força de trabalho no Japão.

Entretanto, é insuficiente atribuir apenas às transformações estruturais na economia mundial o avanço recente das economias do Leste asiático. Esse processo também é determinado pelas correlações forças entre as classes, pelas lutas de classe, pela natureza do Estado e de suas instituições, pelas transformações internas, pelos projetos nacionais e pelas políticas de desenvolvimento, que são de suma importância para entendermos a evolução recente dessa região.

Vários países asiáticos, como a Coreia do Sul e Taiwan, que vinham seguindo projetos de desenvolvimento calcados nas exportações de produtos manufaturados desde os anos 1960, lograram graças a uma série de peculiaridades históricas nacionais inserirem-se de maneira dinâmica no processo de mundialização do capital<sup>2</sup>, aproveitando “brechas” existentes na economia mundial para se desenvolverem articulados dinamicamente as novas linhas de expansão do capitalismo global. Esta trajetória se mostraria inalcançável para a maior parte da periferia, que viveu diversos momentos de instabilidade, crise econômica e social. Muitos países periféricos apresentaram uma inserção que Gonçalves (2002) denomina de passiva na economia

---

<sup>2</sup> No escopo do presente artigo não é possível desenvolver esse ponto. A esse respeito ver, entre outros, Fiori (1999) e Corsi (2007).

mundial. Este foi o caso, por exemplo, de vários países da América Latina, que foram capturados pela especulação financeira global e passaram a tender a inserir-se na economia mundial, cada vez mais, como produtores de produtos primários<sup>3</sup>.

Os países que seguiram estratégias de desenvolvimento voltadas para as exportações, até o final dos anos 1970, não tinham, de modo geral, um desempenho econômico claramente superior aos que seguiram o projeto de industrialização via substituição de importações, embora essa via de desenvolvimento já enfrentasse vários impasses desde os anos 1960, em parte decorrentes das transformações em curso na economia mundial que começavam a fechar espaços para projetos de desenvolvimento voltados para o mercado interno após a retomada da internacionalização das grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas e do contínuo fortalecimento do capital financeiro. Uma comparação entre o desempenho econômico do Brasil e o da Coreia, nesse período, denota em termos de crescimento certo equilíbrio entre os dois modelos (Coutinho, 1999). Porém, na atual configuração do capitalismo global, com economias nacionais bastante abertas, alguns países do Leste asiático apresentaram condições econômicas e políticas que possibilitaram uma rápida adaptação às transformações em curso na economia mundial e um salto qualitativo em suas economias.

Em linhas muito gerais, os países em desenvolvimento da Ásia, não obstante as profundas peculiaridades históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, adotaram projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês, cujas principais características são as seguintes: ampla ação estatal na economia, estratégias de crescimento voltadas para as exportações e uso intenso de modernas tecnologias. Somam-se nesses países a grande oferta e a superexploração da força de trabalho. Padrão de desenvolvimento que inicialmente abarcou os chamados tigres de primeira geração (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois alcançou com diferenças importantes outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia, no que Palma (2004), entre outros, denominou do padrão de desenvolvimento dos “gansos voadores”.

O intenso crescimento a partir de certo estágio, levou os chamados tigres de primeira geração a adotarem políticas econômicas expansionistas, semelhantes a do

---

<sup>3</sup> Não é possível desenvolver este ponto nos limites do presente texto. Ver a respeito Basualdo e Arceo, 2006.

Japão, em relação aos seus vizinhos menos desenvolvidos. Dessa forma, consolidou-se uma economia regional, embora fortemente hierarquizada, bastante dinâmica (Medeiros (1997)

Apesar de inserida nesse processo histórico, a trajetória chinesa por suas peculiaridades marcantes e importância crescente merece uma rápida discussão.<sup>4</sup> O crescente peso político e econômico da China foi, pelo menos em parte, resultado não esperado da reestruturação capitalista, que buscou, entre outros, pontos, novos espaços de acumulação e força de trabalho abundante e barata, e da estratégia norte-americana de recompor sua hegemonia então ameaçada nos anos 1970, o que levou os EUA abrirem caminhos para a reinserção chinesa na economia mundial. O Japão também não esperava que um dos efeitos colaterais de sua política de responder as pressões norte-americanas contribuísse para a consolidação de um competidor formidável, que acabou por se tornar o centro político e econômico da região.

O ponto de partida do processo de transição para o capitalismo na China parece ser a constatação por parte da liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) dos enormes obstáculos para implantar o socialismo. Percepção que deve ter sido reforçada após a queda do Muro de Berlim e, sobretudo, do colapso da URSS. A modernização passou a ser encarada como uma questão vital para sobrevivência política do próprio PCC e do regime e isso implicava profundas reformas econômicas e sociais e maior articulação com a economia mundial. Forças armadas modernas exigiam uma economia dinâmica e tecnologicamente avançada. Além disso, crescimento econômico acelerado seria um mecanismo importante de aplacar os descontentamentos sociais. Porém, a liderança do PCC avaliava que o processo de transição não poderia seguir a estratégia soviética de rápida transição, considerada a responsável pelo colapso da URSS. A transição deveria ser lenta e controlada, o que implicava manter o regime político e o monopólio do PCC (Medeiros, 2008)

A partir do final dos anos 1970, a China trilhou uma via própria de transição para o capitalismo, que ainda está em curso e cujo resultado é incerto. A revolução

---

<sup>4</sup> Fugiria do escopo do presente capítulo uma discussão detida sobre esse ponto. Ver a respeito do desenvolvimento da China e do Leste e Sul da Ásia o seguinte: Amsden (2009), Arrighi (1997, 2008), Belluzzo (2005), Gonçalves (2002), Gray (1999), Leiva (2005), Medeiros (1997, 1999, 2004, 2006, 2008 e 2010) Utilizamos amplamente esses textos neste e nos parágrafos que se seguem.

Chinesa revelou-se muito mais como uma revolução nacional, pautada por um projeto nacional que tem por objetivo, indícios sugerem, transformá-la em grande potência com pretensões imperiais.

A China de forma impressionante, em curto espaço de tempo, deslocou o Japão como centro da economia regional e se projetou como um dos centros da economia global. A projeção chinesa transcende o aspecto econômico e tem largas implicações políticas e militares. A China desfruta de uma autonomia, conferida pelo seu poderio bélico, que o Japão não teve no período recente. A base dessa trajetória reside no amplo programa de reformas capitalistas em sua economia implementados a partir do final dos anos 1970 e cujos principais pontos são os seguintes: reintrodução da propriedade privada; mercantilização da força de trabalho; recolocação do mercado como nexos da economia a partir do momento em que os preços nele formados passaram a ser determinantes na alocação de recursos e de mão-de-obra, em que pese as interferências estatais nesse processo; estímulos à agricultura familiar; privatização de inúmeras empresas estatais; pesados investimentos em infra-estrutura; abertura controlada para o capital estrangeiro; formação de grandes grupos nacionais com base em empresas estatais, o que consiste em um dos instrumentos que confere ampla margem de ação do Estado na economia; agressiva política exportadora e controle de variáveis-chave da economia: juros, câmbio e crédito. As reformas engendraram múltiplas contradições, expressas na forte concentração da renda, na super-exploração da força de trabalho, em acentuados desequilíbrios regionais e na degradação ambiental. Do ponto de vista do crescimento econômico, essas reformas, que levaram a economia chinesa a crescer cerca de 10% desde o início dos anos 1980, foram um sucesso.

Esse processo, que tronou a China e outros países do Leste asiático uma nova fronteira de expansão capitalista, um espaço aberto para ampla valorização do capital, se deu, segundo Belluzzo (2005), a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que continua determinando a dinâmica da economia mundial. O polo dinâmico de acumulação na Ásia continua subordinado à dinâmica do capital financeiro hegemônico no centro do sistema, como ficou evidente na crise de 1997<sup>5</sup>. Embora

---

<sup>5</sup> Entre 1990 e 2007, tanto os momentos de expansão quanto os de retração estiveram determinados pela formação e pelos estouros de bolhas especulativas. Nesse período, foram seis crises: recessão 1990-1991, México-1994, Sudeste Asiático-1997, Rússia/Brasil/Argentina – 1998 e 1999, recessão 2001-2002 e crise da bolha imobiliária 2007. Não caberia nessa exposição detalhar esse processo

subordinado ao capital financeiro, esse polo dinâmico sustenta-se em capitalismo nacionais<sup>6</sup>. Mas essa subordinação parece perder força mais recentemente com o baixo dinamismo do centro desenvolvido do sistema e com a crise atual.

A mundialização do capital colocou em questão o desenvolvimentismo na América Latina. Todavia, o modelo desenvolvimentista começou a ruir na região antes das profundas transformações vividas pelo capitalismo a partir dos de 1980 em virtude do baixo desempenho econômico, da incapacidade de completar o processo de industrialização, do agravamento das condições sociais e, sobretudo, da ascensão das lutas de classe que marcaram esse período. As classes dominantes temerosas em relação ao desfecho que a luta de classes poderia ter unificaram-se e buscaram implementar uma nova disciplina através do mercado. O Chile adotou a partir de 1973 uma política liberal que levou a desindustrialização e ao enfraquecimento da classe trabalhadora. A Argentina o seguiu de perto com a implantação da ditadura militar em 1976. Em outros países da região a adoção de políticas neoliberais foi gradual e se deu sob a pressão de processos hiperinflacionários, de profunda crise econômica, de grave crise fiscal e da crise das dívidas externas, processos que enfraqueceram o Estado. O corte no crédito, a fuga de capitais e a deterioração dos termos de intercâmbio, ausentes da Ásia na mesma intensidade, foram outros elementos que enfraqueceram a posição dos países latino-americanos. Também foi essencial a contínua pressão dos organismos multilaterais de crédito. A inflação e o elevado desemprego debilitaram a capacidade de resistência da classe trabalhadora. A crise econômica reforçou a situação estrutural de precariedade e informalidade do mercado de trabalho da região. A adoção da estratégia liberal implicou em uma reacomodação dos setores das classes dominantes, com o fortalecimento dos setores financeiros e rentistas e dos vinculados às exportações. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro, com baixa solidariedade com o desenvolvimento nacional. Os setores do capital nacional vinculados à produção e ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto,

---

<sup>6</sup> Entendemos por capitalismo nacional o desenvolvimento capitalista controlado por forças políticas internas. Dessa forma, a política econômica é determinada pelos interesses das classes dominantes nacionais. Isto, porém, não significa qualquer forma de isolamento ou hostilidade em relação ao capital estrangeiro, que é bem vindo e considerado importante para financiar, pelo menos em parte, o desenvolvimento, embora a penetração de empresas multinacionais sofra algumas restrições, preferindo-se associações com empresas nacionais públicas ou privadas.

embora também sejam grandes aplicadores do mercado financeiro (Basualdo e Arceo, 2006).

Neste contexto, a adoção de políticas econômicas neoliberais acarretou um largo período de estagnação econômica e de involução estrutural das economias latino-americanas, que tenderam a reforçar o peso dos setores primários. Essa evolução parece tornar difícil uma inserção ativa na economia mundial, pois seus setores dinâmicos caracterizam-se pelo alto valor agregado e pela incorporação intensa de tecnologia e conhecimento. A derrocada da onda neoliberal no início dos anos 2000, com ascensão ao poder de vários governos de centro-esquerda e de esquerda, não parece ter implicado, até o momento, em reversão desse quadro. Talvez porque muitos deles não romperam com o modelo neoliberal, mas apenas o tenham flexibilizado. Isto também se deve a falta de condições materiais e políticas para uma ruptura mais profunda. Na fase de crescimento econômico 2003-2007, os países da região reforçaram a inserção na economia mundial como exportadores de produtos primários e bens manufaturados que utilizam intensamente recursos naturais ou mão de obra. Um eventual deslocamento do centro do capitalismo para a Ásia, reforçado pela crise atual, poderá aprofundar essa tendência, pois muitos países asiáticos são carentes de matérias-primas e energia para sustentar suas altas taxas de crescimento.

#### IV – Considerações finais

Apesar da grande importância das determinações internas, que sem dúvida se articulam com as externas, a evolução das economias do Leste asiático e da América Latina nos últimos 30 anos não podem ser compreendidas fora do contexto das transformações vividas pelo capitalismo desde a década de 1970, que abriram em um caso e fecharam em outro possibilidades de desenvolvimento.

As profundas transformações no capitalismo a partir da crise estrutural da década de 1970 abriram possibilidades de um salto qualitativo no desenvolvimento e uma inserção dinâmica na economia mundial para a região, em particular para a China, que se transformou, em um curto espaço de tempo, em uma nova fronteira de acumulação de capital e em um dos centros da economia mundial. Esse desdobramento

não era um resultado esperado pelos principais agentes desse processo. Esse resultado também dependeu, sem dúvida, dos projetos nacionais e das políticas de desenvolvimento implementadas pelos países da região, aspecto que não discutimos no presente artigo. Para a América Latina, entretanto, este caminho mostrou-se inatingível.

## V- Bibliografia

ARCEO e BASUALDO (2006) - *Neoliberalismo y setores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO.

AMSDEN, A. H. (2009) – *A ascensão do resto*. Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP.

ARRIGHI, G. (1997) - *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2008) – *Adam Smith em Pequim*. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo

BELLUZZO, L. G. M. (2005) “O dólar e os desequilíbrios globais”. In: Revista de Economia Política. São Paulo: V.25, n. 3, jul-set.

\_\_\_\_\_ (2009) – *Os antecedentes da tormenta*. Origens da crise global. São Paulo: UNESP.

BIANCARELI, A M (2006) “Países emergentes e ciclos internacionais” In: Política econômica em foco. N. 7 nov.2005/abr.2006. Campinas:IE-UNICAMP. [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)

BRENNER, R. (2003) - *O Boom e a bolha*. Os Estados Unidos na economia Mundial. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_ (2006) “Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana”. In: SADER, E. (org.) – *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo.

CARNEIRO, R. (2002) Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: EDUNESP/EU-UNICAMP.

\_\_\_\_\_ (2007) - “Globalização e integração periférica”. Textos para Discussão –IE/UNICAMP/126 (julho), p. 2-45. [www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto\\_dese.html](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_dese.html) (16/08/2007).

CEPAL (2003) - *Panorama Social de América Latina*. Santiago: CEPAL - [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl).

\_\_\_\_\_ (2004-2009) - Anuario estadístico de América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL – [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl).

CHESNAIS, F. (1996) – *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

\_\_\_\_\_ (1998) – “Rumo a uma mudança total nos parâmetros econômicos mundiais e dos enfrentamentos políticos e sociais”. In: *Outubro*, São Paulo, nº 1, p. 7-32, maio.

\_\_\_\_\_ (2005) – *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.

- CINTRA, M. (2005) “A exuberante liquidez global” In: Economia Política Global: análise estratégica. Campinas : IE-UNICAMP, n. 5. [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)
- CORSI, F. L. (2002) – “A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista” In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 19
- \_\_\_\_\_ (2006) – “Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente”. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (orgs.) – Trabalho e educação. Contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis.
- \_\_\_\_\_ (2008) “Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia”. In: TUMOLO, P. S. e BATISTA, R. L. (orgs.) *Trabalho, economia e educação*. Perspectivas do capitalismo global. Maringá: Praxis/Massoni.
- \_\_\_\_\_ (2009) “Crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global”. In: FIGARI, C. e ALVES, G. A P. (orgs.) – La precarización del trabajo em América Latina. Bauru: Praxis/Canal 6.
- COUTINHO, L. (1999) - “Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres”. In: FIORI, J. L. (org.) - *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.
- FIORI, J. L. (org.) (1999) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2004) - *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2006 -2010) Word Economic outlook. Financial systems and economic cycles. [www.imf.org](http://www.imf.org)
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2005-2009) Perspectivas de la economía mundial. [www.imf.org](http://www.imf.org)
- GONÇALVES. R. (2002) - *O vagão descarrilhado*. O Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record.
- GRAY, J. (1999) – *Falso amanhecer*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, D., 2009, “Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária”. *Agência Carta Maior*, [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) (19/02/09).
- HOBBSBAWM, E. J. (1995) - *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das letras.
- KRUGMAN, P. (1999) – *Uma nova recessão?* O que deu errado. Rio de Janeiro: Campus.
- LEIVA, O C. (2005) – “Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial”. In: REYNO, J. E. (org.) (2005)– *La economía mundial y América Latina*. Tendencias, problemas e desafios. Buenos Aires: CLCS.
- MEDEIROS, C. A (1997) “Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina”. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.) – Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2004) - “A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”. In: FIORI, J. L. (org.) (2004) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2006) – “A china como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. In: Revista de Economia Política. São Paulo, v. 2, n° 3, julho-setembro de 2006.

\_\_\_\_\_ (2008) – “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: FIORI, J. K. ; MEDEIROS, C. H. e SERRANO, F. - *O mito do colapso do poder americano*. Rio de janeiro: Record.

\_\_\_\_\_ (2010) “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. In: *Observatório da economia global*, [www.eco.unicamp.com.br](http://www.eco.unicamp.com.br).

PALMA, G. (2004) – “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, J. L. (org.) - *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.

PIRES, M. C. (2009) “Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira”. In: PIRES, M. C. PAULINO, L. A. (orgs.) – *Nós e a China*. O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo: LCTE.

REYNO, J. E. (org.) (2005)– *La economía mundial y América Latina*. Tendencias, problemas e desafios. Buenos Aires: CLCS.

SINGER, P. (1999) – *O Brasil na crise*. São Paulo: Contexto.